

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsér Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsér Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsér Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções nº 456 e 459/2014 02

Atos Legislativos

Projetos de Lei nº 041 e 042/2014 02

Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2014 03

Ata da 2327ª Sessão Ordinária - Sucinta 04

Ata da Comissão de Constituição, Justiça e 04

Redação Final 04

Comissão Especial Externa - Resolução nº 028/2014 05

- Memo nº 001/2014 e Ata de Reunião 05

Comissão Especial Externa - Resolução nº 029/2014 06

- Memo nº 001/2014 e Ata de Reunião 06

Ata da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização 11

Financeira, Tributação e Controle 11

Comissão Especial Externa - Resolução nº 020/2014 11

- Memo nº 001/2014 e Ata de Reunião 11

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralCHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****RESOLUÇÃO Nº 456/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores SUELY CUNHA RODRIGUES, Matrícula 009962, AURIANA RÉGIA PEREIRA DO NASCIMENTO Matrícula 009973 e ROBERTO DE LIMA ROCHA Matrícula 011507 para viajarem com destino a cidade de Manaus - AM no período de 21.07 a 30.07.2014, com a finalidade de participarem de treinamento junto ao Departamento Administrativo e Financeiro da Assembleia Legislativa daquela capital, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 457/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores ERIVAN

FERREIRA DA SILVA, Matrícula 001842, JOSÉ LUIZ PEREIRA HELMER Matrícula 012987 e GILMAR ARAÚJO DE SOUZA Matrícula 000135 para viajarem com destino a cidade de Manaus - AM no período de 21.07 a 28.07.2014, com a finalidade de participarem de treinamento junto ao Setor Administrativo com ênfase em Gestão Patrimonial na Assembleia Legislativa daquela capital, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 458/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor LOURENÇO CASTRO DOS REIS JUNIOR Matrícula 011774 para viajar com destino aos municípios de Mucajá e Iracema no período de 22.07 a 24.07.2014, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 459/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores RAIMUNDO BARBOSA SILVA Matrícula 014087, KÁTIA SIMONE SOUZA DA CUNHA Matrícula 015065 WANDERLIZADE PAIVA PINHEIRO Matrícula 14343 e CÁSSIA SOUZA DA CUNHA Matrícula 15051 para viajarem com destino a cidade de Belém - PA, no período de 23.07 a 01.08.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Setor Administrativo com ênfase em Gestão Patrimonial na Assembleia Legislativa daquela capital, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 17 de Julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS**PROJETO DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 041 DE DEDE 2014.**

Autoriza a criação da Política Estadual de Juventude (PEJ) e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA decreta:

Art. 1º - Fica autorizada a instituição da Política Estadual de Juventude (PEJ), destinada aos jovens do Estado de Roraima com idade entre quinze e vinte e nove anos, e que visa:

I - Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do Estado, por meio de um Plano Estadual de Juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos, e familiares;

II - Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais - Estadual e Municipal;

III - Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não-governamentais, jovens e legisladores para contribuir

o Plano Estadual de Juventude;

IV – Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerante e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;

V – Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;

VI – Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas;

VII – Garantir os direitos da juventude, considerando gêneros, raça e etnia nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada;

VIII – Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

Art. 2º - Fica autorizada a criação do Conselho Estadual da Juventude (CEJ), cuja composição e competência será determinada em legislação específica.

Parágrafo único. O Conselho Estadual da juventude, deverá, com base no Plano Federal da Juventude, elaborar o Plano Estadual correspondente.

Art. 3º - O Poder Público, em articulação com os Municípios e as organizações juvenis, procederá avaliações periódicas para a implantação do Plano Estadual da Juventude.

Parágrafo único. A primeira avaliação realizar-se à no segundo ano da instituição do Conselho Estadual da Juventude, cabendo às organizações juvenis reunidas em Conferência Estadual aprovar medidas legais que aprimorem as diretrizes e metas em vigor.

Art. 4º - O Plano de que trata o Art 2º, parágrafo único, deverá ser divulgado pelos poderes públicos competentes, a fim de ampliar a sua eficácia.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da instituição das Políticas Estaduais de que trata esta lei.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, de 2014.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Proposta que ora submetemos aos demais pares tem como fundamento a instituição da Política Estadual de Juventude (PEJ) e visa promover políticas públicas voltadas para a juventude roraimense.

O Projeto ainda dispõe sobre a autorização ao Executivo visando à criação do CEJ e a regulamentação do presente no prazo máximo de 90 dias, a contar da publicação da lei.

Interessante notar que a presente proposta se baseia no Estatuto da Juventude, a saber a Lei 12.852/2013.

Esclarecemos que, como não houve violação do CF, art. 61, § 1º, inciso II, alínea e, muito menos a intenção de se redesenhar órgãos do Executivo, ou a criação de novas atribuições – mas apenas otimizar aquilo que já existe – fica expressa a constitucionalidade e legalidade da proposição.

Por essa razão, somada à relevância de se investir em políticas ao segmento, rogamos aos pares pela aprovação.

Sala de Sessões, de 2014.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 042 DE DEDE 2014.

Institui o “Programa Estadual de Inclusão Digital” no âmbito do Estado de Roraima.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA decreta:

Art. 1º - Fica instituído o “Programa Estadual de Inclusão Digital”, objetivando a inclusão digital da juventude que habita nas áreas urbanas e rurais.

Parágrafo único. O programa tem por finalidade:

I - Promover a inclusão digital para população de baixa renda rural;

II - Atingir a inclusão social através da inclusão digital;

III - Aproximar as práticas da informática para a comunidade por meio da aproximação com ambientes informatizados;

IV - Ensinar a operação do computador com softwares de uso comum, tanto sobre a plataforma do sistema operacional Linux como Windows;

V - Qualificar profissionalmente em programação de computadores, manutenção técnica de software e hardware e digitação.

VI - Atender alunos matriculados na rede pública estadual de ensino, na faixa etária de 15 a 29 anos;

VII - Garantir livre à Rede Internacional Computadores (Internet) por meio da tecnologia *wi-fi*, a todos os cidadãos, no interior dos prédios públicos onde funcionem a administração pública estadual.

Art.2º - O Programa instituído por esta Lei consiste no fornecimento de computadores com acesso à Internet e centros de desenvolvimento para jovens residentes na área rural do Estado de Roraima, por meio de convênio a ser firmado entre o Poder Executivo Estadual e os Municípios interessados.

Parágrafo único. O município interessado deverá encaminhar projeto informando como será implantado o programa e se a execução se dará diretamente ou por convênio, que deverá ser firmado, preferencialmente, com a Associação de Pequenos Agricultores do respectivo município.

Art. 3º - O programa de que trata o caput do artigo 1º terá divulgação dirigida às escolas da rede pública estadual e municipal, buscando atingir o maior número de jovens residentes na zona rural.

Art. 4º - Poderão ser concedidos prêmios aos 5 (cinco) jovens residentes na zona rural que mais se destacarem em cada ano de vigência do programa, o que deverá ser regulamentado.

Art. 5º - Os recursos necessários à execução desta lei sairão do orçamento da Secretaria Estadual de Educação, podendo ser realizados convênios e termos de cooperação com o Governo Federal e parcerias com a iniciativa privada.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, de 2014.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A inclusão digital é cada vez mais necessária, a fim de integrá-lo à tecnologia e à sociedade urbana contemporânea – trazendo benefícios, especialmente à formação intelectual de nossos jovens das zonas urbana e rural.

O jovem incluído tem menos necessidade de buscar novas experiências e pode permanecer no campo. Gerando tecnologia no agronegócio, vamos contribuir para melhorar a produtividade e, em consequência, aumentar o poder aquisitivo e a arrecadação de cada município e do Estado.

Existem muitas possibilidades de se angariar fundos por convênios com o Governo Federal e parcerias com o terceiro setor visando atingir os objetivos e benefícios esperados.

Por essa razão, somada à relevância de se investir em políticas ao segmento, rogamos aos pares pela aprovação.

Sala de Sessões, de 2014.

SOLDADO SAMPAIO
Deputado Estadual

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

GABINETE DO DEPUTADO JALSER RENIER
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 014/14

Declara de Utilidade Pública a CULTURARTE.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, **Associação Sociocultural Sul de Roraima - CULTURARTE**, CNPJ nº 07.197.407/0001-08, sediada à rua Antonio Carlos Lacerda Gago, 228-A, Novo Brasil, Rorainópolis-RR.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o caput deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 02 de julho de 2014.

JALSER RENIER
Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA
ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia dez de julho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Brito Bezerra** para atuar como Segundo Secretário *ad hoca*, a quem solicitou proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memo. nº 022/14, de 08/07/14, do Senhor Deputado Flamarion Portella, justificando ausência na sessão plenária do dia 10/07/2014. **DIVERSOS:** Ofício nº 047/14, de 30/06/14, da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos financeiros em 30/06/2014. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente, Deputado **Chico Guerra**, anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 026/14, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 033/14, que “Altera dispositivo da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, que dispõe sobre a remuneração e participação nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 035/14, que “Altera dispositivos e anexos da Lei nº 153, de 01 de outubro de 1996, suas alterações e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público (regime de urgência); Mensagem Governamental de Veto nº 045/14, com veto parcial ao Projeto de Lei nº 017/14, que “Institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos relacionados ao Trabalho”, de autoria governamental; Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/14, que “Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar Estadual nº 221/2014, Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima - COJERR”, de autoria do Tribunal de Justiça; Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014, que “Acréscie dispositivos normativos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Roraima”; Proposta de Emenda à Constituição nº 008/2013, que “Acréscie o art. 27-A e §§ 1º e 2º ao texto da Constituição do Estado de Roraima” sobre carga horária de trabalho ao acompanhante de pessoas com necessidades especiais, ou idoso, de autoria do Deputado Chico Guerra e vários Deputados. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto, pudessem emitir Parecer às referidas matérias. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/14. Colocada em discussão e votação, a matéria foi rejeitada com seis votos favoráveis, cinco contrários e quatro abstenções. Prosseguindo, o Senhor presidente transferiu as demais matérias constantes da Ordem do Dia para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** esclareceu à liderança do movimento rural, que se encontrava presente, ter havido acordo entre oposição e situação para que o Projeto da Lei das Terras esteja em pauta na Sessão de terça-feira e as emendas sugeridas pelo agronegócio ou pela agricultura familiar sejam apresentadas em plenário. Finalizou apelando ao líder do governo e à Mesa Diretora que encontrem um consenso sobre o Projeto de Lei nº 036, de modo que seja votado na terça-feira, pois a atual gestão teria uma política salarial equivocada, a ponto de colocar um servidor contra o outro, o que, em sua opinião, é falta de habilidade e respeito. O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** também apelou aos colegas da oposição e situação que votem na terça-feira o Projeto de Lei nº 036. Caso contrário, disse que fará obstrução da votação da LDO até que se encontre uma solução para esse Projeto. O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, em relação ao Projeto de Lei nº 028, disse que, como o Deputado Soldado Sampaio, iria apresentar emendas de plenário, todavia deixará para a próxima Sessão. Quanto ao Projeto de Lei nº 036, ressaltou que os servidores estão lutando há mais de dois anos pela aprovação, inclusive se indispondo com o ex-governador José de Anchieta e com o atual governador, devido

a greves. Finalizando, pediu à Mesa Diretora que traga, de maneira definitiva, uma proposta que atenda, em primeiro lugar, os servidores, contemplando-os com melhorias. O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**, no mesmo raciocínio do Deputado Joaquim Ruiz sobre o Projeto nº 036, disse não votar a LDO enquanto não for resolvido o problema dos servidores, que há mais de um mês estão reivindicando e negociando. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** afirmou ser o Projeto nº 036 fruto de ampla negociação da categoria dos engenheiros e técnicos, há anos. Manifestou preocupação quanto à constitucionalidade do projeto, no sentido de não aumentar despesas para o Executivo. No entendimento do Senhor Parlamentar, há um risco grande de, após apresentar Emendas, tornar a matéria inconstitucional, favorecendo o veto e invalidando todo o trabalho da categoria. Finalizou dizendo que, apesar de não fazer parte da Comissão, irá se posicionar a favor do texto original. O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** esclareceu que o Governador do Estado quer a aprovação do Projeto nº 036, pois teria sido por compromisso e determinação dele a vinda desse projeto para esta Casa. Continuando, disse existir uma minuta do Projeto de Lei do PCCR com revisão geral das carreiras do estado tramitando na Casa Civil, mas não pôde ser enviada neste momento por causa do período eleitoral. Finalizou, dizendo esperar, na terça-feira, um acordo que inclua todos na legalidade ou que a lei seja votada como foi enviada para esta Casa. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** disse que, conforme o artigo 62 da Constituição, a contribuição do Chefe do Executivo é encaminhar projetos de leis a esta Casa para serem apreciados pelos Senhores Deputados, que aprovarão ou não, de acordo com a consciência de cada um. Segundo o Senhor Parlamentar, não procedem os comentários de que os servidores envolvidos com o Projeto nº 036 estão se indispondo com o ex ou atual governo. Não haveria, por parte dos que já foram contemplados, qualquer descontentamento, porque a mensagem está na Casa. Finalizando, assumiu o posicionamento, como líder do Governo, de não votar a LDO até que seja resolvido o problema do Projeto de Lei nº 036 e garantiu tentar, de todas as maneiras, fazer com que os servidores sejam atendidos da melhor forma possível. O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** disse que se absteve na votação da PEC 04 por considerá-la inconstitucional, ressaltando ser um Parlamentar que zela pela constitucionalidade das matérias. Finalizou, referindo-se ao Projeto de Lei nº 036, dizendo que jamais faria emendas para prejudicar os servidores, destacando só votar favorável a referida matéria se for feito de forma justa e isonômica. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 15 de julho, à hora regimental. Registraram presença, na Sessão, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquin Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 17/07/2014

ATAS COMISSÕES
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2014**

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às oito horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reunião, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado **Zé Reinaldo**. Com as presenças dos Senhores Deputados Membros Titulares: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas e Flamarion Portella. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, registrou a ausência do Senhor Parlamentar, Jalser Renier e em seguida solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Brito Bezerra foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta as matérias: **Proposta de Moção de Aplausos nº 017/2014**, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, “À Sociedade Bíblica

do Brasil, pelo trabalho de Assistência aos mais necessitados, utilizando a Bíblia com um instrumento de transformação espiritual social”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o parecer. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos a Matéria e a incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia: Proposta de Moção de Pesar nº 017/2014.** Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às oito horas e cinquenta e três minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

Aprovada em: 10/07/2014

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 028/14.
 MEMO Nº 001/2014.

Em: 17/07/14.

À: Gerente de Arquivo e Documentação.

Assunto: Publicação de Ata.

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Ata da Arguição desta Comissão Especial Externa, composta pelos Senhores Parlamentares: Flamarion Portela (Presidente); Aurelina Medeiros (Vice-Presidente); Chicão da Silveira (Relator); Jalsen Renier; e Remídio Monai (Membros), destinada, para nos termos do Decreto Legislativo nº 008/14, de autoria desta Comissão que, “aprova a indicação, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome da Senhora Antonia Vieira dos Santos ao cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, em conformidade com a Resolução nº 028/14”, realizada no dia 23/06/14, na Sala de Reuniões Altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis.

Outrossim, informamos que a referida Ata não contém carimbo de aprovada, tendo em vista que a Comissão encerrou seus trabalhos.

Atenciosamente,

Flamarion Portela
 Presidente da Comissão.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA,
CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 028/2014,
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 2014 PARA ARGUIÇÃO E
DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às dez horas e trinta e sete minutos na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 028/14 e Mensagem Governamental nº 033/14 de 26 de maio de 2014, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome da Senhora Antonia Vieira Santos indicada pelo Chefe do Poder Executivo para exercer o Cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, e fazer sabatina da indicada, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, com a presença dos Senhores Deputados Chicão da Silveira, Relator, Jalsen Renier e Remídio Monai, Membros. Ausente a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, Vice-Presidente. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, dispensou a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou a Presença da Senhora Antonia Vieira Santos e solicitou ao

Senhor Relator, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura da Ficha de Identificação da Candidata. Em seguida, deu início à arguição, passando a palavra à Senhora Antonia Vieira Santos, que, em suas considerações iniciais, cumprimentou os Deputados Presentes, manifestou grata satisfação pela oportunidade de estar sendo sabatinada por esta Casa e importância que iria fazer um breve relato sobre a Universidade, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Disse que, a Instituição foi criada em 2006, ainda como unidade desconcentrada da Secretaria de Educação. Em 2010, foi transformada em Fundação, e, como tal, busca exercitar atividades que possam ajudar e ajudem no desenvolvimento de Roraima, principalmente na área educacional. A finalidade seria promover o ensino superior na modalidade de educação continuada, visto que é uma das Instituições no Estado que hoje tem esta oportunidade, fazer com que pessoas, apesar da distância em que estejam, tenham condições de fazer um Curso Superior. A Universidade tem polos, hoje, em todos os Municípios do Estado, com plataforma de ensino multimídia em 25 municípios e aqui na Capital, onde há o Centro com a plataforma principal, que conecta todos os Municípios. Laboratório de informática, também, há em todos os 25 Municípios, bem como um link de satélite com a plataforma, o que oportuniza essa ligação entre todos os municípios, há Internet do GSAC nos laboratórios e nos Centros Multimídia dos Municípios. A videoconferência é em tempo real, portanto, trabalha-se com os recursos mencionados e, além deles, com ambiente e auditório de aprendizagem, professores e tutores, instrutores de informática, técnicos, mídias e material impresso. Importante destacar que essa estrutura criada pelo estado nasceu exatamente para oportunizar, permitir que esses professores e a população em geral tenham oportunidade de fazer um curso superior. Além disso, a Instituição oportuniza outros cursos a distância que são Cursos Técnicos e cursos chamados livres, para os quais se faz um trabalho interativo com Instituições parceiras de que dispõem atualmente. Foi destacado que o Governo Federal, em 2006, criou pela Lei nº 5.500, a Universidade aberta do Brasil, que é uma oportunidade de fazer com que todos os Estados brasileiros interessados em oferecer cursos tivessem preparação, através dos polos de seus Centros Multimídias. O Governo Federal paga as Universidades Federais e os Institutos Federais também, só participam da OAB Instituições Federais. Hoje, no Estado, há parcerias com Instituições como a Universidade Federal de Roraima, o IFERR- Instituto Federal de Roraima, a Universidade Nacional de Brasília, a Universidade Estadual de Santa Catarina e a UFAM, de Manaus. Além dessas, tem o IFPA – Instituto Federal do Pará. Isso faz com que se tenha cursos quase a custo zero para o Estado que entra só com a parte de apoio e desenvolvimento das ações, porque o pagamento dos professores é tudo vinculado ao Governo Federal, pela Universidade Aberta do Brasil, através da CAPS. Portanto, o valor do custo por aluno é um benefício para o Estado, que deve ter interesse em receber mais cursos, porque o benefício é maior. Em todos os municípios, há cursos superiores, o que é uma facilidade, porque, muitas vezes, a pessoa que trabalha em outro centro, próximo ao município, tem oportunidade de fazer o curso, algo realmente interessante. Há, hoje, aqui no Estado, os centros multimídia como a Secretaria da Instituição, são recebidos professores e instrutores. Estes também são pagos pelo Governo Federal. A Instituição se preocupa em fazer levantamento da necessidade, ou seja, qual curso é interessante ser ofertado. Essa pesquisa de demanda o Estado, por meio da UNIVIRR, encaminha a todas as Instituições parceiras, que avaliam e trazem os cursos que interessam, mas, para isso, elas vêm ao Estado fazer visita aos polos, aos centros multimídia e, pelo que encontram, pela discriminação necessária, dizem se vão oferecer ou não. A indicada ressaltou, que o Estado está de parabéns, por oferecer curso em todos os municípios, nas áreas de: Administração, Biologia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Licenciatura em Física, Geografia, Informática, Matemática, Pedagogia, Química, Educação Física, Ciências Agrárias, Música, Letras e Literatura Spânica. Todos eles anteriormente não existiam. Está previsto para este ano o Curso de Pós Graduação, através do Instituto Federal de Manaus e da Universidade Federal de Roraima, além de Educação Musical, Filosofia da Educação, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Informática na Educação, Docência em Educação Física Escolar, Docência em Língua Espanhola e Educação Métodos e Técnicas de Ensino. Serão disponibilizados 620 vagas para agosto. Observou-se que tais cursos, oferecidos pela Instituição, são muito procurados pela população, por isso o Estado teria buscado de uns anos para cá, a habilitação, a melhoria, o que teria sido foi no Governo do Deputado Flamarion, Presidente desta

Comissão, quando as pessoas sentirem necessidade de estudar, preparem-se para concursos. Ressaltou-se que a Instituição trabalha de forma intensa para que Polos e os Centros de Multimídia sejam aprovados, porque assim, o MEC, por meio da CAPS, manda equipes para fazer avaliação, na qual se pode ou não passar. Se há pendências, deve-se trabalhar para ajustar dentro do exigido, o que é conferido em uma próxima avaliação para dizer se o curso pode vir ou não. A Instituição deve estar muito atenta a essa questão, porque, se houver localidades em que Centros de Multimídia não estejam dentro dos padrões, os cursos não são recebidos, o que não ocorre, pois todos os cursos estão aprovados, encontram-se já em fase de revisão, e se não for dada assistência na hora que chegar a avaliação pode-se perder cursos, os quais, uma vez que saiam, não são mais recebidos, algo muito prejudicial. Outros cursos ofertados pela Instituição são os de Inclusão Digital, Português Instrumental, Matemática, Inglês, Francês e Espanhol, para os quais foi lançado o Edital agora para a contratação dos Professores. A UNIVIRR, seria uma rede criada no Estado, para concentrar toda essa parte de educação a distância, pode-se dizer que é um Centro de Tecnologia avançada que no Estado. Um dos entraves seria a Internet, que hoje é uma questão séria. Há a Antena GSAC nas Escolas, nos Centros Multimídia, mas o link oferecido pelos órgãos fornecedores não atende as necessidades, por isso já haveria um programa, fechado com a OI, com um link dedicado para cada os Município. O link dedicado oportunizará oferta de uma Internet de qualidade aos alunos. Será feita uma parceria com os órgãos que têm Instituições no Estado, e, com o próprio Município que irá facilitar, sendo o custo também rateado. A Instituição não tem quadro próprio ainda, trabalha com professores cedidos pela Secretaria de Educação - SEGAD. Tem um quadro demonstrativo orçamentário no valor de 7 milhões, o que não dá para cobrir ainda as necessidades. Foi informado que a Universidade estaria passando por uma recessão financeira e que a folha hoje fecha em torno de 300 mil, mais os encargos, numa faixa de 340 mil. No ano passado, teria ficado com restos a pagar no valor de 1 milhão, destes, estão pendentes só 646 mil reais. O trabalho está sendo feito de forma muito econômica, para diminuir os gastos já existentes e não contrair outros sem condições de pagar, este tem sido um trabalho intenso. O número de transporte que atende a Instituição estaria assim como todo o resto, da forma mais econômica possível. A questão da Educação a distância no País é um crescimento assegurado. Nos últimos anos, tem crescido 16% enquanto o regular tem crescido 10%, o presencial. Quando a Instituição era Unidade Desconcentrada, foi transformada em Instituição, para que se angariasse recursos. Ainda não teria recursos a não ser os do Governo, e uma Instituição como Fundação, para crescer, para ter pernas próprias, tem que buscar. Por esse motivo, estaria agora trabalhando nas certidões, porque não tinha a documentação necessária para buscar recursos próprios e ajudar o Estado, finalidade com que foi criada. A Senhora Antonia, disse a felicidade de conhecer o Estado de ponta a ponta, o que facilita o trabalho. Para reforçar, citou o escritor do Paulo Freire a frase: “A partir do advento da Internet, expande-se o processo educativo para além dos muros das Escolas e das Universidades, com a modalidade do ensino a distância.” Acredita ser esta a saída para o Brasil, e para o Estado de Roraima, que não pode ser diferente. Por fim, agradeceu. Após a explanação, a arguida se colocou à disposição dos Senhores Deputados para quaisquer questionamentos. O Senhor Presidente, agradeceu a Magnífica Reitora, passando a palavra ao Senhor Relator, Deputado Chicão da Silveira, que, solicitou, que, antes fosse dada a palavra aos demais Deputados, e o deixassem fazer suas considerações ao final. Acatando a solicitação do Senhor Relator, o Senhor Presidente abriu a palavra aos demais Deputados que quisessem fazer algum esclarecimento à arguida. Como os demais Deputados deram-se por satisfeitos com a explanação, o Senhor Presidente informou ter feito algumas perguntas, das quais a maioria já havia sido respondida, ficando apenas umas sobre o concurso, se haveria previsão de fazer Concurso Público, se irão mandar para esta Casa o Plano de Cargos, Salários e Carreiras da Fundação ou se há algum pré-estudo sobre isso. Com a palavra, a Senhora Antonia Vieira Santos esclareceu que já foi iniciado um estudo sobre o plano de carreira, mas não foi concluído ainda e disse existir uma previsão praticamente pronta: a Lei dos Polos. Isso porque, o Ministério da Educação, através da CAPS, exige que os polos sejam aprovados pela Assembleia Legislativa, dessa forma, estaria a Lei quase pronta para encaminhar a esta Casa de Leis. O Senhor Presidente, Deputado Flamarion Portela, solicitou que a Magnífica Reitora, esclarecesse como se dá o contrato entre a Fundação faz e os Professores, se são temporários, ou hora aula. A Senhora Antonia Vieira Santos esclareceu que os contratos são por

hora aula, porque eles só recebem o período que trabalham. O Senhor Presidente agradeceu à Magnífica Reitora, os seus esclarecimentos e passou a palavra ao Senhor Relator, Deputado Chicão da Silveira. O Deputado Chicão da Silveira cumprimentou o Senhor Presidente, os Senhores Deputados e deu as boas-vindas à Magnífica Reitora da UNIVIRR, Senhora Antonia Vieira Santos. Ouvindo atentamente a explanação, disse querer hipotecar toda credibilidade em favor da idoneidade da forma competente como a Professora Tunica tem conduzido os cargos no Estado de Roraima. Por conhecer tal competência, não teve nenhuma pergunta a fazer, e solicitou ao Senhor Presidente autorização para fazer a leitura do seu Relatório Final. O Senhor Presidente, agradecido pela presença da Magnífica Reitora, encerrando a arguição, perguntou se a mesma queria fazer suas considerações finais. Não havendo nenhuma consideração a fazer, agradeceu a presença da Senhora Antonia Vieira Santos. Em vista das informações apresentadas pela sabatinada, quando da apresentação pessoal de suas atividades, esta Comissão declarou-se satisfeita e recomendou Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a indicação do nome Antonia Vieira Santos ao cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR. Informou à arguida o término da sabatina, dispensando-a, portanto. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário, visando elaborar a Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/14, de autoria desta Comissão, que “aprova a indicação, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome da Senhora Antonia Vieira dos Santos ao cargo de Reitora da Fundação Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, em conformidade com a Resolução nº 028/14”. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Parecer à Proposição em epígrafe. Feita a leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão e votação, sendo acatado por unanimidade dos Membros da Comissão. **ENCERRAMENTO:** Às onze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. E, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata, que será lida e assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flamarion Portela
 Presidente da Comissão.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO Nº 029/14.
 MEMO Nº 001/2014.

Em: 17/07/14.

À: Gerente de Arquivo e Documentação.

Assunto: Publicação de Ata.

Senhora Gerente,

Encaminhamos a Vossa Senhoria, Ata da Arguição desta Comissão Especial Externa, composta pelos Senhores Parlamentares: Coronel Chagas (Presidente); Erci de Moraes (Vice-Presidente); Flamarion Portela (Relator); Joaquim Ruiz; e Remídio Monai (Membros), destinada, para nos termos do Decreto Legislativo nº 010/14, de autoria desta Comissão que, “Aprova a indicação para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa, ao cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, de conformidade com a Resolução nº 029/14”, realizada no dia 25/06/14, na Sala de Reuniões Altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis.

Outrossim, informamos que a referida Ata não contém carimbo de aprovada, tendo em vista que a Comissão encerrou seus trabalhos.

Atenciosamente,

Coronel Chagas
 Presidente da Comissão.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA,
CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 029/14,
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2014 PARA ARGUIÇÃO E
DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, às oito horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão

Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 029/14 e da Mensagem Governamental nº 046/14, de 10 junho de 2014, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa e sabatiná-lo para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas, com a presença dos Senhores Deputados: Erci de Moraes, Vice-Presidente; Flamarion Portela, Relator; Joaquim Ruiz e Remídio Monai, Membros. **ABERTURA:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Flamarion Portela, dispensou a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. Prosseguindo, o Senhor Presidente registrou a Presença do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa e solicitou ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela, proceder à leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Em seguida, deu início à arguição, passando a palavra ao Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa que, em suas considerações iniciais, cumprimentou a todos e manifestou sua grata satisfação pela oportunidade de estar pela primeira vez sendo sabatinado por esta Casa, iniciando seu relato, declarou que tudo que vem fazendo na Instituição desde o dia 02, dia em que chegou no IPER, tem o objetivo de ajudar as contas públicas do Estado de Roraima, porque o equilíbrio financeiro do IPER, ou melhor dizendo, o equilíbrio financeiro do Estado de Roraima passa necessariamente pelo controle das contas do IPER, destacando que qualquer coisa, qualquer esforço que o Estado faça no futuro em relação à redução de suas contas correntes, vai ter sempre um benefício ou não em relação às contas que o IPER apresentar. Após, continuou dizendo que encontrou um patrimônio no IPER em torno de 1,2 bilhões e que tem uma obrigação com os Servidores no futuro, o que pode até ser maior que este valor. Disse também que, desde que chegou no IPER, escuta as pessoas falando que o Instituto tem tanto patrimônio, mas que é preciso ter muita atenção com relação ao pagamento do benefício dos Servidores no futuro. Prosseguindo, falou aos Senhores Deputados que o cuidado com a aplicação dos recursos do IPER é importantíssimo para gerar equilíbrio financeiro ao plano e, conseqüentemente, trazer alívio às contas públicas do Estado, uma vez que, se o Instituto nos próximos anos vier a apresentar algum tipo de déficit ao Estado, entraria também nas contas públicas do próprio Estado. Em seguida, disse estar trabalhando com esta ideia de que o equilíbrio financeiro do IPER, acima de tudo, contribui para o equilíbrio financeiro do Estado de Roraima, destacando que quando se olha o programa de investimentos do IPER, percebe-se que hoje 85% dos recursos estão concentrados em fundos de primeira linha, bancos de primeira linha, bancos de varejo: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Ressaltou ainda que a importância destes dois bancos, no seu ponto de vista, é a transparência e a segurança, porque rás deles há uma placa pública forte, são bancos de varejo que têm uma preocupação com a imagem muito grande, ressaltando que ter, hoje, 85% dos recursos aplicados nestes bancos traz uma tranquilidade para o IPER e, conseqüentemente, para os seus servidores. Continuando, destacou que temos cerca de 160 milhões de reais, aproximadamente de 14 a 15% do patrimônio atual, que estão com fundos de gestores de menor expressão, gestores pequenos, e fundos que tiveram problemas nos últimos anos. E, pelo que pode apurar, esteve diretamente envolvido desde sua chegada com a tentativa de entender o que foi a história destes fundos e resolver da melhor forma as coisas para o Instituto, mas que estes fundos perderam nos últimos anos com provisões em torno de 40% do seu PL médio, os quatro fundos. Após disse que temos 160 milhões que são esses 15% do patrimônio consolidado do IPER, que estão divididos em quatro fundos, com três gestores, os quais, ao longo dos últimos anos, sofreram provisões da ordem de 40%. E que, em relação ao patrimônio remanescente, ele entrou em contato com estes gestores pessoalmente, visitou cada um, leu e entendeu os regulamentos, viu o que podia ser feito e teve uma conversa bem franca, bem objetiva com eles no sentido de resolver esta situação da melhor forma. Ressaltou que a maneira que encontrou foi primeiro regularizar o cadastro do IPER que estava desatualizado há três anos nestes fundos e que, a partir da atualização destes cadastros, promoverá o resgate total destes recursos para direcioná-los para aplicações mais líquidas, mais transparentes e mais rentáveis para o Instituto. Continuou destacando que desde o início,

teve o cuidado de passar todos os seus passos tanto para o CEP, como para o Conselho Fiscal e que, paralelamente, vem fazendo um trabalho de atualização em termos de informação para ter transparência na comunicação tanto no Conselho Fiscal, quanto no CEP. Prosseguindo, disse que inclusive, encaminhou esta proposta saída destes fundos e que após a regularização do cadastro, o CEP foi favorável a este tipo de estratégia, ressaltando que estes fundos, na sua opinião, não deveriam ter sido utilizados como instrumentos de aplicação de recursos pelo IPER, e que se foram utilizados, foram de maneira equivocada, mas que, todavia, está tentando juntar o que sobrou para seguir em frente e trabalhar da melhor forma. Em seguida, disse que este resgate só deverá ser feito daqui a dois anos, quando os recursos estivessem na conta do Instituto. Após frisou que se alguém lhe perguntar se podemos ter alguma surpresa negativa em relação a estes fundos nestes dois anos, responderá que sim, porque existem alguns artigos remanescentes que ficaram e estão sendo trabalhados pelo novo gestor, pois todos os gestores foram trocados, inclusive um gestor foi liquidado pelo Banco Central, ou seja, houve troca de gestor e os gestores estão tentando fazer o melhor possível, mas ainda existe a possibilidade de surpresas negativas, porque o programa de investimentos é esse. Continuando, em relação à questão administrativa, disse que estão fazendo uma série de alterações no sentido de aumentar a produtividade, o deslocamento de mão de obra dos setores, privilegiando aquelas pessoas que estão mais comprometidas com o Instituto, que têm mais conhecimento para passar, de forma a aumentar a produtividade. Ressaltou também que, dentro dessas modificações na área administrativa que estão sendo feitas, estão buscando uma valorização do Servidor Concursado, porque entende que o servidor de carreira é o que tem maior compromisso com a Instituição. Em relação à área de benefício, O Senhor Carlos Vinicius trouxe para os Senhores Deputados, como informativo, que os aposentados hoje são 114, os pensionistas 277, isso somente para mostrar aos que o IPER hoje tem uma despesa atuarial bastante pequena comparada ao seu patrimônio, o que de maneira alguma quer dizer que exista no futuro um equilíbrio entre ativo e passivo, apenas hoje existe mais gente contribuindo do que aposentados, e isso não quer dizer que quando esta curva inverter estes 1,2 hoje, sejam o suficiente para dar suporte a estas pessoas. Finalizou agradecendo. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas, dando continuidade à arguição, declarou aberto o espaço, para que os Deputados pudessem fazer as perguntas que achassem necessárias. Em seguida, registrou a presença e deu as boas-vindas ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio, que, embora não faça parte da Comissão, veio prestigiar a reunião. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz, ao iniciar, informou que o Deputado Flamarion havia participado da Reunião, para qual foram convocados para a vir para esta Casa, representantes do Banco do Brasil, para explicar a aplicação dos recursos em fundos pequenos, vieram dois técnicos do mercado financeiro, bem como o candidato a Presidente do IPER, Senhor Carlos Vinicius que em sua explanação, falou sobre a atuação do Banco do Brasil no mercado financeiro. O Parlamento prosseguiu dizendo que os dois técnicos informaram, conforme consta em Ata Senhor Presidente, que as aplicações foram corretas, que o problema foi que o IPER resolveu aplicar em um título mais rentável, que vinha dando uma renda melhor do que eles chamam de conservadores, pois os títulos conservadores são as letras do Tesouro Nacional, e que, naquela época, com a queda dos juros, havia perda. Após, o Senhor Deputado perguntou, se neste caso da aplicação que o Senhor Carlos Vinicius falou dos 85% de primeira linha, também houve perda nestes últimos 12 meses. E, sobre este problema dos 160 milhões, que falaram que era de risco maior, mas que ocorre na grande maioria dos Institutos de Previdência do Brasil. Continuando, afirmou estar falando especificamente da palestra dada aqui pelos dois Técnicos, que vieram do Banco do Brasil, sobre este problema da perda, e que a outra preocupação foi sobre a situação da curva, linha de curva, levantada na explanação do Senhor Carlos Vinicius, no sentido de que precisamos entender que trabalhamos em cima de prazos. Em seguida perguntou qual é a previsão para daqui a dez anos, vinte e cinco anos, se ocorre este risco do empate, ou do Estado ter problema, porque até então é um Estado novo, com uma arrecadação boa, um número de pensionistas e aposentados reduzido, com uma previsão de 10, 15, 25 anos. Perguntou também se era exatamente isso que o Senhor Carlos Vinicius estava colocando, qual seria o correto, não aplicar nestes títulos, aplicar exclusivamente nas letras do tesouro nacional nessa primeira linha com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Uma outra pergunta que fez foi sobre o problema da Junta Médica, pois disse ser sabedor de que o Senhor Carlos Vinicius está chegando agora, mas aproveitou para falar

sobre a Junta Médica que está sendo feita no Estado, porque há casos, falou por ter conhecimento, por ser Presidente da Comissão da Saúde da Assembleia, de pessoas que vão à Junta Médica do Governo, porque têm um problema específico e acabam sendo atendidos por um especialista de outra área, ou seja, uma pessoa que teve problema na área de Ortopedia, sua avaliação foi feita por um Ginecologista. Falou também ter documentos que comprovam este fato, e que isso acaba prejudicando a pessoa, porque o Ginecologista atestou que ela não era deficiente, mas havia passado no concurso do Estado, e se o IPER tem a obrigação de fazer a aposentadoria, a avaliação deve ser feita pela Junta Médica do IPER, porém até hoje é feita pela Junta Médica do Estado. Outro ponto que destacou é que o Estado tem dezenas de prédios abandonados mas, segundo informações, o IPER tinha alugado um prédio por R\$ 35 mil reais por mês. Então, 10 meses de R\$ 35 mil, dão R\$ 350 mil reais, ressaltando que se fala muito em economia por isso era muito mais fácil fazer uma cessão de uso de um prédio do Governo do Estado, que os Deputados aprovassem em regime de urgência, para que o IPER pudesse ter um prédio durante 30, 40 anos. E que fazer um investimento de R\$ 350 mil reais num prédio destes, ficaria uma estrutura excelente, afirmando que no prédio da Secretaria de Administração, por exemplo, poderia funcionar perfeitamente o Instituto de Previdência. Prosseguindo disse que, esse era só um exemplo, pois existem dezenas de prédios públicos abandonados que poderiam ser resgatados e beneficiar o Estado de Roraima. Disse ainda acreditar ser esta a preocupação de todos. Ressaltou também saber que isso não tem nada a ver com a gestão do Senhor Carlos Vinicius, mas que gostaria de ter uma explicação mais convicta sobre esta situação, já que o Candidato a Presidente tem conhecimento na área do Mercado Financeiro, tanto é que quando quiseram tomar uma posição em relação a estes títulos que o IPER investiu e perdeu, pediram ao Banco do Brasil por escrito que mandasse técnicos para os orientar e informar, e os técnicos os informaram que todo mundo tinha perdido e que naquele momento aquela era a melhor aplicação. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa destacou que a situação dos fundos encontrada aqui, tanto do Banco do Brasil, quanto da Caixa Econômica Federal, tem como lastro títulos públicos federais e títulos da dívida pública federal, e que como lastro, 100% do Banco do Brasil e da Caixa Econômica estão aplicados em títulos públicos federais, considerados pelo mercado e pela legislação vigente como de menor risco, porque é dívida soberana, portanto, 85% do IPER hoje, está em dívida soberana, dívida brasileira. Continuando, disse que estes fundos por estarem em dívida pública, são líquidos, ou seja, podem ser resgatados a qualquer momento, porque o mercado absorve estes títulos, eles têm taxa de administração baixas, e têm risco de crédito também baixo. Em seguida explicou que a variação ocorreu principalmente em 2013, um ano muito ruim sob o ponto de vista macroeconômico, quando tivemos perda tanto na bolsa de valores, quanto na renda fixa, perda por marcação a mercado, pois as pessoas, às vezes, têm um pouquinho de dificuldade de entender que os títulos de renda fixa variam também para cima e para baixo através da marcação a mercado. Prosseguindo disse que o que houve nos fundos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal não foram perdas oriundas de DEFOR, de crédito, foram perdas de oscilação de mercado. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz perguntou quanto o IPER perdeu com isto. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa respondeu que houve perda de mercado, mas não soube informar quanto, afirmando que o patrimônio já foi recuperado e que os fundos da Caixa e do Banco do Brasil tiveram perdas em 2013 por questão de cenário e valorização de mercado, o que significa dizer que não houve perda por DEFOR e que na medida que o mercado melhorar, estes fundos voltarão a rentabilizar, sem contar que o IPER tem instrumento de defesa de gestão. Após disse que se achar que as taxas vão piorar, ele pode resgatar o dinheiro, diferente dos fundos que tiveram riscos de crédito DEFOR, onde há dificuldade de saque, porque no regulamento destes fundos constavam que o prazo médio de resgate era de dois anos e o gestor do IPER tinha a obrigação de saber disso quando aplicou, e que esta perda não se recupera mais, destacando que em visita aos gestores, houve previsão de perda nestes fundos em torno de 40% em média, e os cotistas perderam 40% do patrimônio, sendo o IPER um destes cotistas. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz perguntou ao Senhor Carlos Vinicius se de acordo com a visão dele de gestão vai voltar a aplicar praticamente tudo nos fundos de primeira linha. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa respondeu que a primeira providência é sair destes fundos de liquidez de dois anos, porque não se pode ter um fundo em que não se possa sair a hora que se quer, ou seja, esse já é um fundo que não serve. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz também perguntou se a meta atuarial do IPCA

+ 6% é obrigatória. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa, sobre a área atuarial, diz ter trabalhado também na PREVIR e na Fundação do Banco Central, então, tomando por base o INSS, que trabalha sob regime de caixa, faz a arrecadação e depois tem as despesas e o Tesouro coloca as diferenças, e que o INSS deveria ter uma avaliação atuarial, mas não tem, e que, como sabemos, trabalha com este regime de caixa e déficit. Ressaltou ainda que esta avaliação atuarial registraria, sem dúvida nenhuma, se fosse feito um passivo maior que o ativo, porque se o regime de caixa está registrando que o passivo é maior que o ativo, é esta a situação do INSS hoje. E indaga porque não se faz a avaliação atuarial, porque se fizesse, estaria batendo no superavit primário do Governo Federal, e isso diminuiria a nota de crédito do Brasil lá fora, então é por isso que não se faz avaliação atuarial e se trabalha com regime de caixa e, fazendo um paralelo de raciocínio chegaria no IPER, e é por isso que afirmou que o equilíbrio do IPER bate sem dúvida nas contas públicas do Estado. Em seguida frisou que se fosse feita hoje uma avaliação atuarial do IPER, sua sensibilidade diria que o IPER teria um déficit a futuro, porque quando você faz avaliação atuarial, você contempla, embora o Estado seja novo, concordando com o Senhor Deputado Joaquim, e é por isso, o fato de o Estado ser novo, é que hoje se tem uma despesa com benefícios extremamente pequena, mas ele não vai ser novo o tempo todo, vai ter uma inflexão e, na hora que inflexionar, tem dúvidas se hum bilhão e duzentos hoje, é o suficiente para suportar. Continuando, disse que temos que contemplar também no Orçamento Anual, na Arrecadação Tributária do Estado 2/3 de participação FPE, ou seja, o setor privado aqui contribui pouco, e se nós trabalhamos num regime de caixa, significa dizer que quando a curva do IPER inflexionar para o Estado manter a previdência rodando, ele terá que fazer concurso, porque ele tem a base ativa e, para manter a base ativa, vai bater nas contas públicas do mesmo jeito. Então, ou o Estado mantém o fluxo ativo de Servidores para sustentar a inflexão da curva, ou não vai ter o dinheiro para fazer o concurso público, mas vai ter que preencher o déficit que irá se criar. Quanto à questão do aluguel, disse que só teve conhecimento desta informação agora pelo Senhor Deputado Joaquim. E frisou ainda que sua urgência maior era resolver, dar uma satisfação sobre os investimentos. E para que os Senhores Deputados tivessem uma ideia, esse foi o maior questionamento que enfrentou de todos os Servidores, teve até Servidores que foram lá pessoalmente, pois tem recebido todos, promovendo uma política de disseminação das informações, haja vista que está muito concentrado em resolver esta questão dos fundos, da junta médica. Após disse saber que foi realizado um concurso e que, para ter a Junta Médica, seria necessário que fossem aprovados três médicos, mas tivemos somente dois aprovados, questionando como será resolvida esta questão, porque para ter a Junta Médica é preciso ter três médicos concursados. Ressaltou ainda, já que estão falando em economia, que havia um sistema de diárias de viagens escalonadas, que foram baixadas todas para o mínimo, hoje só existe uma diária no IPER. Explicou também que quando chegou havia um Fundo no Banco do Brasil, que tinha R\$ 90 milhões de reais, aplicados a 1% ao ano de taxa de administração, então, seria R\$ 900 mil de taxa de aplicação, mas conseguiu baixar para 0,10%, passando de R\$ 900 mil para R\$ 90 mil, gerando uma economia de R\$ 810 mil reais, e isso em somente dois dias. O Senhor Deputado Joaquim Ruiz informou ao Senhor Presidente estar satisfeito com as perguntas arguidas ao Senhor Carlos Vinicius, pois pode tirar informações de quem tem conhecimento do mercado, portanto, dando-se por satisfeito com as informações. O Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas, passou a palavra para os Senhor Deputado Ionilson Sampaio. O Senhor Deputado Ionilson Sampaio cumprimentou o Senhor Presidente, os demais colegas Deputados e o Senhor Carlos Vinicius. Em seguida informou que não faz parte desta Comissão, mas que tem debatido bastante estas questões do Instituto de Previdência, até porque foi relator de uma Comissão nesta Casa, para apurar o problema que houve lá no Instituto, em relação a esta perda, porque foram feitas aplicações de risco. Após destacou que estas questões do Instituto foram estudadas por bastante tempo e que temos problemas muito mais sérios, não com os recursos do IPER em si hoje, mas com estas aplicações que já estão mais conservadoras, até porque se perdeu com o que foi feito, mas ainda bem que não foi tanto dinheiro que foi aplicado e apenas um percentual foi perdido. Continuando, falou sobre o problema com o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, pois entra mês, sai mês, vai atrás de liminar na justiça, e o Governo do Estado continua devendo bastante para o Instituto. O Senhor Parlamentar informou também que esteve na SEPLAN ontem, e o Secretário de Planejamento lhe confirmou que só a Secretaria de Saúde deve 11 milhões para o

Instituto, ressaltando que sua primeira pergunta foi como estão as negociações com o Poder Executivo para que faça estes aportes, regularize esta situação, até mesmo porque precisam regularizar estes débitos que como se sabe foram parcelados. Após disse que foi enviada uma Mensagem a esta Casa, onde foi aprovado o parcelamento, e o Conselho do Instituto aprovou este parcelamento, entretanto, o Governo sistematicamente vinha atrasando este parcelamento, e continua atrasando, destacando acreditar ser por falta de dinheiro mesmo, mas que é uma questão que tem que ser resolvida. Em seguida disse que estas questões do Poder Executivo precisam ser resolvidas com o Instituto, porque se ficarmos sem o CRP, como estamos agora, com sérias pendências, podemos inclusive ficar sem receber recursos de transferências, emendas, enfim. Comentou ainda que o Secretário da SEPLAN, Senhor Sérgio Pilon, afirmou ser essa uma das principais preocupações hoje do Governo do Estado, ou seja, esta questão do CRP, pois estamos correndo sérios riscos de penalizar o Governo como um todo, e que não sabe, inclusive, se o Governo terá dinheiro para fazer isso, porque a situação é extremamente complicada. Outro questionamento que fez foi sobre como estão as negociações com aqueles bancos, com os fundos onde o IPER é cotista, onde aplicou, mesmo que seja para recuperar estes 60%, já que perdeu 40%, mas aplicou 100%, e só vai ter direito a 60%. Após, lembrou ter lido recentemente no Jornal Folha de São Paulo uma matéria sobre a realização de uma reunião, na qual acredita que o IPER deveria estar presente com as propostas, mas os cotistas não aceitaram, porque as cotas iam ser vendidas para o Banco da CAO, e, então Carlos Alberto desistiu, porque queria uma visagem muito grande. Enfim, como estão estas negociações a respeito da recuperação destes créditos? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa falou sobre a questão do CRP, deixou a sua impressão desde sua posse até agora. E ao voltar ao assunto, disse que se hoje, o Estado tem problema de repasse com o IPER, e o IPER hoje paga poucos benefícios, imagina-se o dia em que o IPER entrar em idade atuarial, ou seja, tiver um nível de desembolso maior. Então, do lado do ativo afirmou termos problemas com estes fundos e do lado do passivo a grande dificuldade que vê são as dificuldades do Estado para o IPER. Em relação a isso, disse ser sabedor que houve uma renegociação de dívida da parte patronal, ficando pendente a parte do servidor. Parece ter ficado pendente um acerto, um encontro de contas para ser feito, ficaram, salvo engano, uns 28% total, foi feito um acordo da parte patronal que era de 19%, cerca de 8 a 9 milhões do servidor para se fazer um acerto de contas. Sua preocupação maior em relação a isso é a falta de certeza absoluta na conciliação destas contas, ou seja, se o que o Estado paga, ou está pagando, é realmente o que o IPER tem para receber. Cada real que não entra dentro do IPER, sob ponto de vista de contribuição, lhe gera um passivo, por exemplo: se ele tem que dar 10, mas nos dá 9, no passivo se registra a futuro, embora não esteja na avaliação atuarial, mas registra uma obrigação de 10. Então, isso é um processo que gera um déficit, uma bomba para estourar no futuro. Declarou estar buscando fazer, primeiro, um trabalho na questão sobre o que se está recebendo hoje por conta de contribuição tanto patronal quanto do segurado. Então, o esforço maior deve se buscar junto aos patrocinadores do IPER, quer dizer, àqueles que passam a folha. Disse que já entrou em contato com a SEGAD, no sentido de tentar viabilidade para ter a folha e poder conciliar estes valores em nível de do Estado, da renegociação de contas e este acerto de contas dos 9 milhões. E isso vai passar necessariamente pela própria administração das contas públicas do Estado, quer dizer, estas questões não depende só do IPER. O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Só a nível de informação, a SEPLAN informou ontem que estão tentando mais uma vez uma liminar com o Toffoli, inclusive está no Supremo Tribunal Federal esta questão em relação ao CRP, e o Ministério da Previdência tem uma série de normativos que o Instituto precisa cumprir, e isso precisa ser amplamente discutido com Governo do Estado para que a gente resolva esta questão de uma vez por todas. Nós tínhamos que ter servidores habilitados, mas acredito que esta questão já foi resolvida porque o Ministério da Previdência exigia isso, acredito que Vossa Senhoria tenha estas habilitações, mas o mais grave atualmente é a falta de pagamento do Governo do Estado, tanto da parte patronal quanto dos servidores, o Governo precisa enfrentar isso e resolver a questão do Certificado de Regularidade Previdenciária, sob pena de isso ir postergando e postergando, por meio de liminares, e acaba dificultando a sua gestão, a situação financeira do próprio Instituto, além do fato de que o Estado vai amadurecendo e as pessoas estão envelhecendo. Portanto a tendência, apesar de ser superavitário, hoje o Instituto é de que isso descambe para um déficit terrível, se não enfrentarmos esta

situação de uma forma clara e urgente. Se precisar que venha alguma Lei para a Assembleia Legislativa, tem que ser feito de forma urgente, Senhor Carlos Vinicius, no sentido de se fazer um parcelamento, e o Governo tem que ter responsabilidade, quando ele parcelar as coisas, ele tem que pagar em dia, quitar os juros, enfim, porque este recurso é dos servidores, não é do Estado, não é de ninguém. O Governo do Estado tem que ter noção da responsabilidade com isso. Salientou serem estas as suas indagações, voltou a insistir em como estão estas negociações com o Governo do Estado para que estas questões das pendências do Poder Executivo com o Instituto sejam resolvidas mais claramente. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Ao responder as indagações, falou que esteve em contato com a SEGAD, para onde deve retornar mais tardar na semana que vem para resolver o problema entre o que o Estado paga e que o IPER recebe. Este é um ponto que vai ajudar muito na questão da conciliação da nossa arrecadação, porque ajuda a entender se tudo está sendo repassado ao Instituto. Tudo o que é devido. E a questão do refinanciamento da parte do Estado em relação à parte patronal e o que vai ser feito na parte do servidor. Ressaltou ainda que este problema não é um problema de um Governo, de um partido, isso é um problema do Estado de Roraima. É um problema que vai passar de um Governador para o outro Governador. Então, como o Senhor mesmo colocou, é um problema de todos. Então, na medida que houver a conscientização de todos em relação a isto, o IPER vai fazer a sua parte, visando resolver, estamos trabalhando para isto. A questão da conciliação vai ser muito importante para resolver grande parte de arrecadação que nós temos hoje. Quanto à questão do Estado, é preciso que todos se mobilizem. O problema é do Estado de Roraima, não é de um Governo. O Senhor Deputado Ionilson Sampaio lembrou que no ano passado o IPER fez uma licitação para fazer um censo dos servidores, mas não ficou sabendo mais nada, se foi realmente realizado este censo, a única informação que teve foi da realização do processo licitatório, ainda, na Gestão do Rodolfo Braga para a realização deste Censo, o que, na sua opinião, nem seria necessário, porque a própria SEGAD é responsável em dar informação de quem é ou não funcionário, mas foi feito. E não ficou sabendo nada se foi visto, não divulgaram a realização ou não, e o IPER gastou uma soma considerável nesse sentido. O Senhor tem alguma informação sobre a realização deste Censo? Se foi ou não realizado? E se estes dados tiveram, ou não, o seu devido uso? O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa falou não ter conhecimento da realização do Censo, o que era de seu conhecimento seria a realização de um recadastramento, que acreditava ele que a faixa de sucesso do recadastramento tinha sido acima de 95%. Agora, quanto aos valores e o que foi gasto para realizar isto não possui conhecimento. E na questão dos investimentos, a primeira etapa foi visitar todos os administradores, leu todos os regulamentos para conversar com eles, fez atualização de cadastro, porque o IPER há três anos não se relacionava com nenhum desses gestores, e até cadastro foi perdido, a validade do cadastro. Então, estão promovendo a atualização do cadastro, que dentro de uns 15 dias estará atualizado. A partir daí, estarão aptos a movimentar os fundos, onde irá entrar com o pedido de resgate. Fez esta proposta ao comitê, pro CEP, para o COINVEST que é o comitê interno, que não está decidindo nada sozinho, traz as informações, traz sua opinião, e a partir daí tomam uma decisão. O Senhor Deputado Ionilson Sampaio perguntou se não havia um prazo, que só se poderia fazer o resgate, aplicou por cinco anos e, mesmo com esta perda, poderia se resgatar agora, fora do prazo? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Temos 4 fundos, 3 dos quais, você pode solicitar o resgate com dois anos. Então, o valor da cota é de dois anos, a partir do resgate, ele tem dois anos para pagar. O último é um fundo (inaudível)... pediu para analisarem bem, a avaliação dele está toda em avaliação econômica por parte do gestor, e é esta a sua preocupação, e, falou isso para ele: olha você está me divulgando uma cota aqui que eu não sei se vai ser verdadeira por conta do pagamento, mas o que podia fazer para trazer uma pró-atividade na gestão desses pormenores eu fiz. E esta conversa foi bem tensa, esquentou bastante, e, passei para ele uma visão de que agora o IPER estaria monitorando e iria exercer os seus direitos como cotista. Então, em determinados momentos a conversa ficou um tanto quanto áspera. O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas, de posse da palavra, registrou a presença do Excelentíssimo Senhor Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Coronel Leocádio Meneses, e do nosso Secretário Legislativo, Dr. João de Carvalho. Após passou a palavra ao eminente relator Deputado Flamarion Portela. O Senhor Deputado Flamarion Portela dirigiu-se ao Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Secretário Chefe da Casa Civil, Senhor Carlos Vinicius Raposo

Machado Costa, expressou a sua alegria de perceber a vontade do Senhor Carlos Vinicius usar a transparência, de ser claro, evidente. E que esta Casa Legislativa sofreu durante alguns meses, buscando informações básicas, buscando transparência no IPER, e sem conseguir obter informações devidas. Então, o seu caráter, seu espírito transparente já nos deixa bastante felizes, bem como o parabenizou pelo propósito na valorização do Servidor Efetivo, que é sem dúvida aquele que vai ter maior compromisso com a Instituição, porque ali também está uma parte do dinheiro dele, já o Servidor Comissionado do Instituto contribui para o regime geral, ele nem sequer contribui para o próprio IPER, que ele está ganhando ali o seu sustento, consequentemente ele não vai ter preocupação com seu futuro, com o sustento de sua família. Então, não desvalorizando o Servidor Comissionado, mas, é claro, que o Servidor Efetivo passa a ter um grau de responsabilização muito maior. Louvou esta iniciativa. Vossa Senhoria falou, trocando algumas informações com o Deputado Ionilson, que existiria um débito em torno de 28 milhões e dezenove mil que o IPER deveria para o Estado. Em que consiste este débito que o IPER deve para o Estado? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Veja bem, existia uma dívida do Estado para com o IPER em torno de 28 milhões, destes, aproximadamente, 17 milhões foram renegociados, e a parte do segurado, foi a da patronal; na parte do segurado, no valor de 9 milhões, ainda vai ser feito o encontro de contas, visando a liberação do Estado. Em prosseguimento o Senhor Deputado Flamarion Portela disse que gostaria de falar em valores absolutos, com este um bilhão e oitocentos que o Instituto tem 85% estão lá nas Instituições que dão em primeiro lugar, a segurança, esta é a primeira preocupação. É a tranquilidade na aplicabilidade. Vossa Senhoria já falou que temporariamente tem um prejuízo, isso é superado, mas não há risco de capital. No entanto, estes 15% que foram para outros gestores Vossa Senhoria afirmou que houve um prejuízo de 40%. Os 40% de 160 milhões significa R\$ 64 milhões de reais. A informação que nós tínhamos aqui e tentamos alcançar, buscando algumas informações. E, em resposta, o Estado havia perdido aproximadamente de R\$ 33 a 35 milhões de reais. E, que estes R\$ 64 milhões já lhe geram surpresa. Vossa Senhoria afirma que os 4 fundos, que foram aplicados, com estes três gestores, sendo o IPER cotistas destes fundos, realmente houve um prejuízo de R\$ 64 milhões de reais dos R\$ 160 milhões aplicados? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Não. Pediu para refazer esta conta. Veja bem: R\$ 160 milhões de reais é o capital remanescente do IPER, já com as provisões. Então, 60% do capital representam R\$ 160 milhões, o IPER tinha cerca de 280, 290 milhões de reais. Na realidade, esta perda foi acima de 100 milhões. Agora, o valor exato posso dar para o Senhor, se o desejar. É sem dúvida, maior que estes R\$ 35 milhões, que mencionou. O Senhor Deputado Flamarion Portela respondeu que desejava sim receber esses dados. Então, foi aplicado algo em torno de R\$ 270 milhões, e hoje nós temos R\$ 160 milhões. Há a previsibilidade de não recuperarmos mais estes R\$ 100 milhões de reais. O Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Exatamente, porque foram eventos de créditos, foram feitas más aplicações. Hoje, o capital remanescente é em torno de R\$ 160 milhões. E por estes R\$ 160 milhões de reais que estou brigando para resgatar com o mínimo de perdas possíveis, para poder liberar este recurso, e colocá-los em aplicações mais rentáveis e transparentes, mais seguros. Deputado Flamarion Portela – Na sua fala inicial, foi dito que nada lhe assegura, como gestor o IPER, que, em relação aos R\$ 160 milhões de reais, não vai ter algum prejuízo durante os 2 próximos anos. Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Sim. Nós temos lá um fundo que, de novo, parte destes R\$ 160 milhões de reais é um fundo em que o valor da cota está sendo divulgado por avaliação econômica. Só para o Senhor entender, pode achar que tem uma propriedade que vale R\$ 300 mil e vender por R\$ 200 mil, mas o Senhor diz que vale R\$ 300 mil. Então, é como se o fundo estivesse contabilizando por R\$ 300 mil. Eu não sei se na hora que for vender ele vai vender, por R\$ 200 mil, pode até ser que venda por R\$ 400 mil, mas que não tem como garantir isso, quer dizer, passou esta impressão nossa para ele, fez questão de dizer para ele que entendia o que ele estava fazendo, que não teria feito e que a nossa relação agora seria somente uma relação profissional. Que ele estaria sendo avaliado pelo valor que vai nos pagar quando do vencimento. Outra coisa, que deixou claro esta questão de aplicação de recursos: ou você erra porque você não entende o que está fazendo, ou você erra porque você sabe o que está fazendo. Não tem outra alternativa. As duas alternativas não são boas, se você não sabe, não tem que estar ali e se você sabe e fez não tem que estar ali do mesmo jeito. Deputado Flamarion Portela – Parabéns! É exatamente isso. Olha, é uma ciência muito delicada, esta

ciência do mercado financeiro exige realmente muito conhecimento, isso não é para amador. E se deu por satisfeito, mais uma vez louvou a iniciativa do arguido em relação à transparência. Disse que ficaria aguardando a informação real sobre o valor real desse prejuízo, até porque a própria Instituição estaria afirmando. O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Coronel Chagas registrou a presença dos funcionários do IPER, Senhores: Andrey Cesar de Holanda, Carlos Alexandre de Carvalho, Tatiane dos Reis Ferreira, Adelayde Alana Maciel e Ana Lívia Sá. Dando continuidade, perguntou ao Senhor Carlos Vinicius, dizendo que não lembrava se ele já havia falado no início sobre qual o valor montante em caixa do IPER? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Hoje, nós temos aqui atualizado o montante de maio, um bilhão, trezentos e vinte e quatro, aliás, nós tivemos uma valorização de patrimônio, porque as condições de mercado melhoraram, e nós terminamos o ano passado com o patrimônio em torno de um cento e oitenta, quase um e duzentos, agora demos um salto em função da valorização dos ativos. Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão – Então, de acordo com suas informações o Instituto perdeu quase 10% em razão desses erros de aplicação. Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – De forma consolidada disse ter que apurar, e que ia fazer a apuração do valor correto para passar para os Senhores Deputados. E, em função disto, ele iria ver qual foi o impacto na rentabilidade. Isso seria rápido, entre hoje e amanhã. Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão – Para finalizar, Senhor Carlos Vinicius, há uma demanda da parte dos Militares Estaduais PMs e Bombeiros de ter o seu Instituto próprio. O Senhor conhece como funciona em algum Estado? É possível legalmente de acordo com a Legislação Federal? Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa – Não. Afirmou não ter conhecimento, por exemplo, o que viu no Rio de Janeiro e em São Paulo é que há um só Instituto para todos. Agora, até mencionando a situação do Instituto no Estado do Rio de Janeiro que ele conhece, é um Estado mais velho, com uma base de servidores fortes, ele já nasceu maduro, já nasceu pagador de benefício. Isso, lógico, se tornou uma grande dor de cabeça para o Estado. Prosseguindo o Senhor Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão, – perguntou se havia algum Deputado para se manifestar. Constatou não haver mais ninguém, declarou encerrada a arguição, e em suas considerações agradeceu ao Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa considerando-se satisfeito pelas respostas objetivas aos questionamentos feitos na oportunidade, de forma esclarecedora as dúvidas dos Senhores Deputados. Estando com a palavra para suas considerações finais, o Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa agradeceu aos Senhores Deputados se colocou à disposição, e, em relação às informações dirigidas ao Instituto passam a ser encaminhadas de forma extremamente rápidas. Declarou que está tendo o cuidado de passar as informações ao Conselho Fiscal, CEP. Hoje não existe nenhuma informação centralizada somente na pessoa dele, todas as informações estão sendo disseminadas, e está aberto a qualquer tipo de questionamento e, ou informação no menor tempo possível. Deputado Coronel Chagas, Presidente da Comissão agradeceu a presença do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa e, em vista das informações apresentadas pelo sabatinado, quando da apresentação pessoal, de suas atividades, esta Comissão declarou-se satisfeita e recomendou Projeto de Decreto Legislativo, aprovando a indicação do nome do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa ao cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, e informou ao arguido o término da sabatina, portanto, dispensado. Prosseguindo, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, visando elaborar a Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 010/14, de autoria desta Comissão, que “Aprova a indicação para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, o nome do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa, ao cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima - IPER, de conformidade com a Resolução nº 029/14”. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela, proceder à leitura do Parecer à Proposição em epígrafe. Procedida à leitura, o Senhor Presidente colocou o Parecer em discussão e votação, sendo acatado por unanimidade de seus Membros na Comissão. **ENCERRAMENTO:** Às nove horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e, para constar, eu, Josiane Salete Daubermann, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Coronel Chagas
Presidente da Comissão.

**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE,
REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM
15 DE JULHO DE 2014**

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, às doze horas na Sala de Reunião, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da **Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle**, sob a Presidência do Senhor Deputado Ionilson Sampaio, com a presença dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Flamarion Portela, Marcelo Cabral, Zé Reinaldo, Angela Águida Portella, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo Jânio Xingú, Mecias de Jesus, Remídio Monai e Soldado Sampaio; ausentes os Senhores Deputados: Dhiego Coelho, Jean Frank, Marcelo Natanael, Rodrigo Jucá, conforme preceitua o § 1º do art. 260 do Regimento Interno deste Poder. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme requerimento do Senhor Deputado Mecias de Jesus, foi dispensada a leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** Projeto de Lei nº026/13, de autoria Governamental, que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências”. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer favorável. Prosseguindo o Senhor Presidente solicitou à Senhora Relatora proceder à leitura do seu parecer. Antes da leitura a Senhora Relatora informou à Comissão que constatou nos autos Emendas de autoria da Comissão ao texto original. Após a apresentação das Emendas pela Senhora Relatora, o Senhor Presidente após ouvir a Comissão, transferiu a pauta para posterior discussão devido à complexibilidade da Matéria. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às catorze horas. E, para constar, eu, Edelmárcia Silva de Oliveira, Secretária, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Ionilson Sampaio

Presidente da Comissão

Aprovada em: 17/07/2014

**SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA
RESOLUÇÃO N° 020/14.**

MEMO N° 001/2014.

À Senhora Elândia Gomes Araújo

Gerente de Arquivo e Documentação Geral da ALE/RR

Assunto: Publicação de Ata.

Encaminhamos a Vossa senhoria, para publicação, Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Especial Externa e Interna, criada nos termos da resolução 020/14, criada para analisar e emitir parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 028/14, que “Dispõe sobre a Política Fundiária Rural e Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras Providências” de autoria Governamental, realizada no dia 10/07/2014, na sala de Reuniões altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis.

Outrossim, Informamos que a referida Ata não contém carimbo de aprovada, tendo em vista que a Comissão encerrou seus trabalhos.

Atenciosamente,

Dep. Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

**ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS
TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 020/14, REALIZADA EM 27 DE
MAIO 2014.**

Aos dez dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, às nove horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões, altos do Plenário desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Especial Externa, criada

nos termos da Resolução nº 020/14, para analisar e dar Parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 028/14, que “Dispõe sobre a Política Fundiária Rural e Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima, e dá outras providências”, Sob a Presidência do Senhor Deputado Zé Reinaldo, com a presença do Vice-Presidente, Senhor Deputado Gabriel Picanço, Relator, Senhor Deputado Ionilson Sampaio e senhores Deputados: Rodrigo Jucá, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Naldo da Loteria e Erci de Moraes, membros. Ausente, o senhor Deputado Mecias de Jesus. **ABERTURA:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou à secretária desta Comissão que procedesse a leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Gabriel Picanço foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão, para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Senhores Membros presentes na Comissão. **EXPEDIENTE:** não houve. **Ordem do dia:** Deliberação do Substitutivo ao Projeto de lei nº 028/14, de autoria Governamental, que “Dispõe sobre a Política Fundiária Rural e Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima, e dá outras providências”, Relator Dep. Ionilson Sampaio, Parecer favorável. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Relator Deputado Ionilson Sampaio que procedesse a leitura do parecer. Antes de proferir a leitura do Parecer, o Senhor Relator informou à Comissão que durante a análise, houve a necessidade de adequações à proposta original, com a adoção das redações das seguintes Emendas: **Emenda Modificativa nº001/14:** “O artigo 21, caput, que passa ter a seguinte redação: Art. 21. Serão tituladas, por regularização fundiária, respeitada a fração mínima de parcelamento, as ocupações mansas e pacíficas, anteriores a 17 de Junho de 2009, de áreas públicas de domínio do Estado de Roraima, onde incidam ocupações, até o limite de 15 módulos fiscais, de 100 ha, e não superiores a 1.500 (mil e quinhentos) ha, atendidos os demais requisitos legais”, de autoria do Relator; **Emenda Aditiva nº001/14:** “Adite-se o §2º ao artigo 21, renumerando-se o Parágrafo Único para §1º, com a seguinte redação: Art. 21. (...)§1º (...)§2º Nos municípios em que o módulo fiscal for inferior a 100 ha, o Instituto de Terras de Roraima – ITERAIMA, poderá regularizar até 1.500 ha.”, de autoria do senhor deputado Gabriel Picanço, Vice- Presidente da Comissão; **Emenda Aditiva nº 002/14:** “Adite-se os parágrafos §§ 3º, 4º e 5º ao artigo 36, com a seguinte redação: Art.36. (...)§3º. Os títulos emitidos pelo ITERAIMA, conterão obrigatoriamente as seguintes informações: I – Área total;II – Nome da fazenda;III – Nome do proprietário, com CIC e RG; IV – Gleba; V – Localização.§4º Na localização constarão como anexo do título mapa com coordenadas geodésicas.§5º No Memorial além das coordenadas geodésicas, constará o mapa da gleba. Justificativa: Os fatos demonstram inúmeros casos de sobreposição de áreas. Através da presente emenda, pretende-se conter litígios administrativos e jurídicos em razão de sobreposição, onde, os interesses alheios avançaram até mesmo aos cumes da grilagem e pistolagem em razão de terras”, de autoria do Senhor deputado Coronel Chagas membro da Comissão; e **Emenda Aditiva nº003/14:** “Adite-se § 4º ao artigo 39 com a seguinte redação: §4º - Incluem-se como passíveis de regulamentação nos termos desse artigo as ocupações de áreas rurais no limite entre I e 12 ha. a regularização fundiária para fins de exploração e implantação de Projetos de Horticultura, fruticultura e pecuários de pequeno e médio portes”, de autoria da senhora deputada Aurelina Medeiros, membro da Comissão. Após a leitura das Emendas pelo Relator, Senhor Deputado Ionilson Sampaio, o Senhor Presidente, Deputado Zé Reinaldo, colocou-as em discussão. Não havendo discussão, as Emendas foram submetidas à votação, sendo acatadas pelos Senhores Membros presentes na Reunião. Em seguida, o Senhor Relator proferiu a leitura do Parecer favorável, com adoção das Emendas apresentadas, o qual foi posto em discussão. Não havendo discussão, o Parecer com as Emendas foi submetido à votação simbólica, sendo aprovado pelos Membros presentes na reunião da Comissão. **ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas. E, para constar, eu, Márcia Brito Wanderley, secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e assinada pelo Senhor Presidente será encaminhada à publicação.

Dep. Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

O Poder Legislativo

no enfrentamento à violência doméstica



CHAME
CENTRO HUMANITÁRIO DE APOIO À MULHER
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER/ALE-RR



Basta de violência contra a mulher!

8 mil
atendimentos



(95) 3623 2103 - chame@al.rr.gov.br



O Poder Legislativo

trabalhando para **você**

PARTICIPAÇÃO
POPULAR



25
Audiências
Públicas
em 2013

